



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL**

**RELATÓRIO E PARECER SOBRE A  
CONTA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS  
AÇORES - ANO ECONÓMICO DE 2017**

**PONTA DELGADA, 19 DE FEVEREIRO DE 2019**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	738 Proc. n.º 108
Data:	019/03/13 N.º 10/XI



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL**

**INTRODUÇÃO**

A Comissão de Política Geral reuniu no dia 19 de fevereiro de 2019, a fim de proceder à análise e dar parecer, nas áreas de competência da Comissão, à Conta da Região Autónoma dos Açores, relativa ao ano económico de 2017, bem como ao Relatório Anual de Execução do Plano deste mesmo ano.

**CAPÍTULO I**  
**ENQUADRAMENTO JURÍDICO**

A Conta da Região Autónoma dos Açores e o Relatório do Plano foram apresentados ao abrigo da alínea b) do artigo 42.º da Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro – Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e apreciados nos termos dos artigos 166.º e 167.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

**CAPÍTULO II**  
**APRECIAÇÃO**

A Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2017, após aprovação pelo Conselho do Governo, foi apresentada à Assembleia Legislativa para efeitos de apreciação e aprovação, por meio da Proposta de Resolução n.º 10/XI/2018.

Neste contexto, a comissão procedeu à sua apreciação, tendo em conta as respetivas competências.

Assim, foram analisados os documentos, designadamente a Conta e respetivos anexos, o Relatório de Execução do Plano de Investimentos e o Relatório e Parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores, do Tribunal de Contas, tendo-se



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL**

elaborado o quadro que se segue e que reflete a percentagem de execução do Plano, relativamente às dotações previstas.

<b>Programa/Projeto (Despesas de Plano)</b>	<b>Dotação Revista</b>	<b>Execução 2016</b>	<b>Execução 2017</b>	<b>2017 (%)</b>
<b>1 – Competitividade, Emprego e Gestão Pública</b>				
<b>1.4 – Modernização Administrativa</b>	665 224 €	636 750 €	379 872 €	57,1%
<b>1.5 – Informação de interesse Público ao Cidadão</b>	2 300 000 €	2 200 000 €	2 300 000 €	100%
<b>1.6 – Serviços Sociais</b>	170 000 €	180 000 €	167 205 €	98,4%
<b>1.7 – Cooperação com as Autarquias Locais</b>	648 029 €	560 321 €	205 431 €	31,8%
<b>10 – Habitação e Renovação Urbana</b>	22 603 572 €	21 967 783 €	16 978 190€	75,1%
<b>12 – Prevenção de Riscos e Proteção Civil</b>	7 248 162 €	8 914 412 €	5 865 768,85	80,9%
<b>14 – Transportes, e Infr. Tecnológicas</b>				
<b>14.1 – Construção de Estradas Regionais</b>	40 599 669 €	31 126 000 €	39 606 335,66 €	97,6%
<b>14.2 – Beneficiação e Reabilitação de ERs</b>	13 999 016 €	19 006 500 €	9 959 789 €	71,1%
<b>14.3 – Sist. Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária</b>	1 031 539 €	1 000 000 €	1 026 226,35 €	99,5%
<b>14.4 – Integração Paisagística de z. Adjacentes às ER</b>	525 000 €	585 000 €	253 854,57 €	44,1%



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL**

Comparativamente ao ano económico anterior, e no que concerne às áreas da competência desta Comissão, as taxas de execução são mais baixas, com exceção dos Projetos **14.1 – Transportes, Energia e Infraestruturas Tecnológicas** e **14.3 – Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária**, os quais apresentam taxas de execução ligeiramente superiores às verificadas em 2016.

Quanto ao projeto **1.4 – Modernização Administrativa**, a taxa de execução foi de 57,1 %, sendo que, em termos de valor absoluto, a dotação revista foi de 665.224,00 euros. Contudo, foi de 379.872 euros o realizado em 2017.

O projeto **1.5 – Informação de interesse público ao cidadão**, tal como no ano anterior, foi executado na totalidade, relativamente a 2017.

O projeto **1.6 – Serviços Sociais**, teve uma taxa de execução de 98,4 %, sendo inferior à verificada no ano anterior.

O projeto **1.7 – Cooperação com as Autarquias Locais**, teve uma taxa de execução de 31,8 % relativamente ao inicialmente previsto. A dotação corrigida aumentou em 8 500 euros, relativamente à previsão inicial, no entanto, o dispêndio registado foi de 205 431 euros em 2017.

No que diz respeito ao Programa **10 - Habitação**, foi efetuada uma despesa de 16 978 190,37 milhões de euros, sendo que o valor previsto inicialmente corresponde ao valor inscrito na dotação revista para 2017, de 22.603.572 euros, correspondendo a 75,1 % da dotação revista.

Quanto ao Programa **12 - Prevenção de Riscos e Proteção Civil**, a taxa de execução foi de 80,9 %, cujo valor absoluto executado foi de 5.865.768,85 euros.

Quanto ao Projeto **14.1 – Construção de Estradas Regionais**, foram executados, em valor absoluto, 39.6 milhões de euros, mais 9,4 milhões de euros que no ano anterior, registando uma taxa de execução de 97,6 %, semelhante ao ano anterior.



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL**

No Projeto **14.2 – Beneficiação e Reabilitação de Estradas Regionais** registou-se um valor para 2017 de 13 milhões de euros. A execução foi de 9.959.789,29 euros e representa uma execução de 71,1 %.

No projeto **14.3 – Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária**, a taxa de execução foi de 99 % relativamente ao inicialmente previsto, semelhante à verificada no ano anterior.

O projeto **14.4 – Integração Paisagística de Zonas Adjacentes às Estradas Regionais**, tinha uma dotação corrigida de 575.000 euros. Contudo, a execução ficou-se pelo valor de 253.854,57 euros, representando assim uma taxa de execução de 44,1 %.

Quanto ao Programa **16 – Relações externas e comunidades**, verifica-se uma taxa de execução de 78,4%, inferior à do ano anterior, registando uma execução de despesa, em valor absoluto, de 666.438,73 euros.

Em relação ao **Setor Público Empresarial (SPER)**, no que respeita à **SPRHI, SA**, foi transferida uma verba de 4,1 milhões de euros, a qual foi aplicada na Reconstrução do Parque Habitacional das ilhas do Faial e do Pico, afetado pelo sismo de 1998.

Ainda na área das competências desta Comissão, há a registar, em termos de compromissos futuros, o referente ao contrato de concessão rodoviária em regime **SCUT** na ilha de São Miguel, empreitada em regime de PPP, com pagamentos até 2037.

Em 2016 foram pagos 28,9 milhões de euros relativos a este contrato e em 2017 foram pagos 25,6 milhões, (valores sem IVA).

Em 31 de dezembro de 2017, o valor das responsabilidades financeiras futuras com a PPP relativa à concessão rodoviária em regime de SCUT, na ilha de S. Miguel, era de 382,2 milhões de euros (valor sem IVA).

Os compromissos plurianuais são os que se apresentam no quadro seguinte (milhões de euros, valores sem IVA):



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL**

<b>Ano</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>Anos seg.</b>
<b>Montante</b>	20 967	20 420	19 983	19 440	18 911	382 288

**CAPÍTULO III**  
**SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS**

O Grupo Parlamentar do PS manifestou-se favorável à aprovação da conta da RAA referente ao ano económico de 2017.

Os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS/PP, bem como a Representação Parlamentar do PCP, abstêm-se reservando a sua posição para plenário.

**CAPÍTULO IV**  
**CONCLUSÕES E PARECER**

Com base na apreciação efetuada, a Comissão de Política Geral concluiu que a Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2017 está, nas áreas da sua competência, em condições de ser apreciada em reunião Plenária da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Este relatório e parecer serão remetidos à Comissão de Economia.

Horta, 19 de fevereiro de 2019

**O Relator**

**Bruno Belo**

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

**O Presidente**

**António Soares Marinho**